



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022 (EVENTO 0783288).**

**TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022 (EVENTO [0783288](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. [0003158-69.2021.6.22.8000](#)**

**CONTRATAÇÃO VIA EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS TRE-RO N. 01/2021**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2022, QUE ENTRE SI FAZEM O TRE-RO, E A EMPRESA MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., REFERENTE AOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS FÓRUMS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG **\*\*\*.893-SSP/RO** e do CPF **\*\*\*.106.849-\***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.706.238/0001-04, com sede na Avenida Engº Anysio da Rocha Compasso, 7580, bairro Aponiã, CEP: 76.824-052, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99900-9863 / (69) 3222-0559, E-mail(s): [diretoria@marok.com.br](mailto:diretoria@marok.com.br) / [licitacao@marok.com.br](mailto:licitacao@marok.com.br), neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG **\*\*\*67726098\*\*\*/SSP-GO** e do CPF **\*\*\*.911.111-\***, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Solicitação 14/2023/SEMAP, de 28/03/2023 (evento 0992731) e considerando o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 363/2023-GABDG, de 10/04/2023 (evento [0996760](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

**I** – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais por mais 50 (cinquenta) dias corridos, a contar de 11/04/2023 e data final em 30/05/2023, em razão da necessidade de sanar as pendências e concluir os serviços faltantes, sem efeitos financeiros.

**Subcláusula única** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Para assegurar a plena execução deste presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato originário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, abril de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>RICARDO MOREIRA DOS SANTOS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 4 AO CONTRATO N.  
01/2022/TRE-RO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato 01/2022 (assinado em 27/01/2022) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. <a href="#">0783288</a> ), Vigência de 240 dias corridos, a contar de 27/01/2022 até 23/09/2022; e  Execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste), prazo de execução 180 dias corridos, a contar de 23/02/2022 até 21/08/2022.  (Garantia: R\$ 110.066,90)	R\$ 2.201.338,18	-
1º Termo Aditivo (assinado 20/09/2022 – Volume IX do PA respectivo (evento <a href="#">0901645</a> ), com os seguintes objetos:  1. Prorrogação da Vigência por mais 90 dias corridos, a contar de 24/09/2022 até 23/12/2022; e  2. Prorrogação do prazo de execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste) por mais 51 dias corridos, a contar	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 22/08/2022 até 12/10/2022.		
<p>2º Termo Aditivo (assinado 07/10/2022 – Volume XI do PA respectivo (evento <a href="#">0915300</a>), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Registrar a supressão contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>II – Registrar o acréscimo contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>III – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 60 dias corridos, a contar de 24/12/2022 e data final em 23/02/2023; e</p> <p>IV – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEMAP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Ouro Preto do Oeste/RO, por mais 100 dias corridos, a contar de 13/10/2022 e data final em 22/01/2023;</p>	-	Supressão: - 16,55% Acréscimo: +16,55%
<p>3º Termo Aditivo (assinado 14/02/2023 – Volume XII do PA respectivo (eventos <a href="#">0976420</a> e <a href="#">0978245</a>), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 45 dias corridos, a contar de 24/02/2023 e</p>	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

data final em 10/04/2023; e		
II – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEOP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO, por mais 90 dias corridos, a contar de 15/11/2022 e data final em 13/02/2023.		
4º Termo Aditivo (assinado _/04/2023 – Volume XIII do PA respectivo (evento <a href="#">0997692</a> ), com o seguinte objeto:		
I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 50 dias corridos, a contar de 11/04/2023 e data final em 30/05/2023.	-	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	<b>R\$ 2.201.338,18</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO</b> (Em relação ao valor inicial atualizado contrato – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário).	Supressão: -16,55% Acréscimo: +16,55%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 10/04/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/04/2023, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 11/04/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0997692** e o código CRC **716403DC**.

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP.

ASSUNTO: **Prorrogação contratual** - Contrato n. 01/2022 – contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste/RO e Ouro Preto do Oeste/RO - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 72 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - 15.706.238/0001-04**, para execução de obras de engenharia, ampliação e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Nas solicitações 13 e 14/2023 ([0992677](#) e [0992731](#)), a SEMAP, na condição de unidade gestora do contrato, manifestou da seguinte forma:

- a) Em virtude da manifestação prestada pela Fiscalização Técnica (ASSENTE) - Evento [0990712](#) - às respostas apresentadas pela empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, estas contidas nos Eventos [0984458](#) e [0987046](#), esta Gestão entende que se faz necessário ampliar a vigência do Contrato n. 01/2022 **até o dia 30/05/2023**, que representa mais 50 (cinquenta) dias, estes suficientes para que as responsabilidades da contratada sejam apuradas em instrumento adequado e com o devido contraditório.
- b) Dessa forma, e ante a constatação objetiva de haver atrasos e equívocos na execução da obra, tal medida é necessária para evitar mais prejuízos ao Poder Público. Bem como estejam contidas na apuração as razões de atraso na execução do objeto, entre outras pendências quanto ao material fornecido e qualidade do serviço.
- c) Em virtude da manifestação prestada pela Fiscalização Técnica (ASSENTE) - Evento [0990712](#) - às respostas apresentadas pela empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, estas contidas nos Eventos [0984458](#) e [0987046](#), esta Unidade Gestora entende que remanesce apenas a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do referido contrato tendo em vista a necessidade de apurar a responsabilidade da contratada pelos descumprimentos contratuais e seus respectivos reflexos. Além disso, resta apurar os serviços executados para medição ou possíveis retenções que venham a cobrir eventuais penalidades.
- d) Assim, em que pese haver exaurido o prazo de execução, a empresa encontra-se em atividade e em mora contratual
- e) Pelo contexto exposto acima, entendemos - independente da necessidade de apuração de responsabilidade pelo presente atraso da contratada - ser necessário efetuar a prorrogação do prazo de vigência do citado contrato em 50 (cinquenta) dias com o escopo de **sanar as pendências e concluir os serviços faltantes**.
- f) Convém ainda destacar que não haverá impactos financeiros na prorrogação da vigência do contrato em tela, por se destinar apenas à apuração de responsabilidade.

**03.** Mediante o Despacho n. 668/2023 ([0993113](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à **SECONT** para lavratura do termo aditivo contratual e a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico.

**04.** Por sua vez, a SECONT juntou a minuta do Termo Aditivo n. 04 ao Contrato n. 01/2022 ([0994700](#)) e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

**É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0003158-69.2021.6.22.8000) até a presente data.

**06.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**07.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**08.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:**

**09.** A classificação dos contratos administrativos como de *escopo* é utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de *escopo* seriam aqueles contratos que “*impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure.*”

**10.** Já nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo, de forma que, após o adimplemento, viesse a ficar o devedor liberado do ajuste.

**11.** De outro modo, nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir; diversamente, nos *contratos por escopo*, o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto. São exemplos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais comuns de contrato de execução continuada os de limpeza e de vigilância; como típico contrato por escopo **está o de obra pública.**

**12.** Segundo o entendimento doutrinário esposado pelo eminente administrativista **Marçal Justen Filho** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª edição. São Paulo: Dialética, 2009, p. 195.), enquanto no contrato de escopo “o prazo de vigência se destina a delimitar o período de tempo para a execução da prestação pela parte”, nos de execução continuada “o prazo de vigência destina-se a estabelecer o período de tempo durante o qual a contratação produzirá efeitos.

**13.** Destarte, a jurisprudência vem pautando seu entendimento sobre a prorrogação dos contratos por escopo regidos pela Lei n.º 8.666/1993 **como contratos de prestação continuada**. Nos termos do **Parecer n.º 13/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**, a Advocacia-Geral da União firmou entendimento que o contrato de escopo submete-se a prazo e que não se admite sua prorrogação, **após findo o prazo**, devendo o contratante buscar participar de novo certame licitatório ou buscar indenização em caso de dano. Seguem adiante transcritas as conclusões do aludido parecer:

"Para o objeto deste parecer, cabe destacar três peculiaridades formais do contrato administrativo: **(a)** necessidade, em regra, de prévia licitação, **(b)** a obrigatoriedade de formalização de contrato e dos seus termos aditivos, **(c)** a impossibilidade de celebração com prazo indeterminado. Assim, o procedimento legal para uma situação em que o prazo de vigência se avizinha sem conclusão do objeto é a prorrogação do contrato com base em um dos motivos previstos no **artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.**"

**14.** Nessa esteira, em ajustes firmados com fulcro na Lei n.º 8.666/1993, caso o termo final do prazo de vigência esteja para ser atingido, bem como a Administração e o contratado pretendam estendê-lo, será necessário formalizar a prorrogação por meio de termo aditivo. No que se refere à prorrogação automática de contrato por escopo quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra ou do serviço e manifestação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade, **cumpre trazer à baila entendimentos do TCU nesse sentido:**

"A regra é a prorrogação do contrato administrativo mediante a formalização do respectivo termo aditivo, antes do término do prazo de vigência do ajuste, ainda que amparado em um dos motivos do **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993**, uma vez que, transcorrido o prazo de vigência, o contrato original estaria formalmente extinto e o aditamento posterior não poderia produzir efeitos retroativos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. É possível considerar, no caso concreto, os períodos de paralisação por iniciativa da contratante como períodos de suspensão da contagem do prazo de vigência do contrato de obras, com o intuito de evitar o prejuízo da comunidade destinatária do objeto de inquestionável interesse público, mesmo diante da inércia do agente em formalizar tempestivamente o devido aditamento para a prorrogação do prazo de conclusão do objeto." (Acórdão n.º 127/2016 - Plenário) (sem destaques no original)

‘A extinção do contrato pelo término de seu prazo é a regra dos ajustes por tempo determinado. **Necessário é, portanto, distinguir os contratos que se extinguem pela conclusão de seu objeto e os que terminam pela expiração do prazo de sua vigência:** nos primeiros, o que se tem em vista é a obtenção de seu objeto concluído, operando o prazo como limite de tempo para a entrega da obra, do serviço ou da compra sem sanções contratuais; nos segundos, o prazo é de eficácia do negócio jurídico contratado, e assim sendo, expirado o prazo, extingue-se o contrato, qualquer que seja a fase de execução de seu objeto, como ocorre na concessão de serviço público, ou na simples locação de coisa por tempo determinado. Há, portanto, prazo de execução e prazo extintivo do contrato’.” (Acórdão n.º 2.068/2004 - Plenário) (sem destaques no original)

**15. Sendo assim, na contratação por escopo, caso não tenha sido viabilizada a prorrogação de seu prazo de vigência por aditamento, poderá ser reconhecida a prorrogação automática quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do objeto, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade. **Ainda assim, tal situação não pode servir de justificativa para prorrogações indefinidas do contrato, ferindo o interesse público.****

**16.** De qualquer forma, é de todo recomendável, por questões de segurança jurídica, que a prorrogação de vigência de contratos por escopo seja formalizada **por meio de termo aditivo previamente à expiração do prazo previsto na avença**, notadamente em virtude da necessidade de estabelecimento de novos prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto, se for o caso.

**17.** Caso o descumprimento do prazo de execução tenha ocorrido com culpa do contratado, o Administrador terá duas opções, visando a melhor forma de atingir o interesse público: **a)** aplicação das sanções decorrentes da mora e, concomitantemente, a cobrança do cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da possibilidade de redefinição de um novo prazo de execução; ou **b)** rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato sobre o particular.

**18.** Desta maneira, tanto na hipótese de descumprimento do prazo de execução por culpa do contratado, quanto na de descumprimento do prazo de execução sem sua culpa, deve a Administração encarar a possibilidade de prorrogação como evento absolutamente excepcional.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, essa opção de prorrogar deve ser aplicada com cautela, devida e exaustivamente motivada, visto que o normal e o esperado é que os contratos por escopo sejam cumpridos **dentro do prazo inicialmente previsto**.

**19.** Logo, competirá à Administração Pública avaliar a conveniência e a oportunidade de se “**prorrogar**” a avença, porque medida decorrente do poder discricionário. A ordem jurídica, quando permite a prorrogação, não estabelece sua obrigatoriedade, cabendo ao gestor público analisar, conforme dito, a conveniência e a oportunidade de utilização do permissivo legal, sempre com vistas a alcançar, ao máximo, o interesse público primário.

### **3.1.2 - Dos Requisitos para a prorrogação de vigência de contrato no entendimento do TCU:**

**20.** Ainda sobre a possibilidade de prorrogação da vigência de contratos, traz-se à colação o entendimento do TCU, em que se assevera: "Logo, é necessário que toda e qualquer prorrogação de prazo contratual observe, no mínimo, os seguintes pressupostos:

**I** existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato

**II** objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;

**III** interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;

**IV** vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;

**V** manutenção das condições de habilitação pelo contratado;

**VI** preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

**21.** Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto ([0995794](#)). **Em relação à manutenção das condições de habilitação pelo contratado, deverão essas serem trazidas ao processo pelo gestor do contrato previamente à celebração do termo aditivo.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.1.3 - Da desnecessidade de Prorrogação da Vigência Contratual exclusivamente para apuração de responsabilidade da contratada:**

**22.** Vale registrar que não há necessidade de prorrogação contratual tão somente para fins de apuração de responsabilidade - o que não se configura no caso em análise, haja vista que a SEMAP solicita a dilação contratual com o objetivo (...) ***de sanar as pendências e concluir os serviços faltantes.*** - pois, inclusive, havendo parâmetros objetivos que possam demonstrar a inexecução total/parcial do contrato, trata-se de verdadeiro poder dever da administração apurar e fiscalizar os fatos, o que independe de vigência contratual. Assim, caso os requisitos necessários à prorrogação da avença não sejam cumpridos e não seja possível finalizar o ato, o Tribunal de Contas assim orienta:

"Desse modo, muito embora no contrato de escopo se tenha em vista a obtenção do objeto concluído, ou seja, o prazo depende da conclusão do objeto, o entendimento do Tribunal de Contas da União, seguido pela Advocacia-Geral da União, ainda é no sentido de vedar a celebração de aditivo ao contrato extinto, com vigência retroativa. Assim, expirado o prazo de vigência sem a conclusão do objeto, deve-se proceder à apuração do que não foi executado, realizando nova licitação para contratação da parte remanescente, bem assim deve a Administração Pública buscar ressarcimento em caso de eventual inadimplemento de obrigações contratuais por parte do particular." (TC 006.216/2012-9 - Plenário. Data da Sessão: 26/08/2015)

**23.** Portanto, cumpridos os requisitos legais, **incumbe ao gestor analisar se a referida prorrogação é conveniente e oportuna à conclusão do objeto licitado, no âmbito de seu poder discricionário, observado o interesse público, sem prejuízo de apuração concomitante relacionada a descumprimento contratual em autos apartados.**

### **3.1.4 Da Análise da Minuta do Termo Aditivo:**

**24.** Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 4º Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2020 ([0783288](#)) para o registro da prorrogação pretendida pela unidade gestora. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**25.** Destaca-se que, na CLAUSULA SEGUNDA da referida minuta, a SECONT previu que a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**26.** Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, desde que atendidos os requisitos obrigatórios para a referida prorrogação.

### **IV – CONCLUSÃO**

**27.** Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

**I.** Nesses termos, com fundamento no **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, na esteira da jurisprudência do TCU referida neste parecer**, considerando ainda as manifestações da unidade gestora ([0992677](#) e [0992731](#)) e o preenchimento dos requisitos legais indicados neste parecer, esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo** de vigência do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)) celebrado com a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ n. 15.706.238/0001-04**, por mais 50 (cinquenta) dias corridos, a contar de 11/04/2023 e data final em 30/05/2023, materializada em Termo Aditivo, com a necessária renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**II.** Pela observância, da recomendação constante do **item 21** deste parecer quanto **à verificação, pelo gestor do contrato, da manutenção das condições de habilitação pela contratada;**

**28.** Por fim, para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([0994700](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

À consideração da autoridade competente.

---





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 03/04/2023, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 03/04/2023, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0995900** e o código CRC **047F21B5**.

0003158-69.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia/COMSEG.

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 1/2022 – ampliação e a reforma dos Fóruns Eleitorais dos Municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste.

**DESPACHO Nº 363 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo que teve como finalidade a contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para atender as necessidades de ampliação e reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final de vigência em **10/04/2023**.

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP, verificando a proximidade do final do prazo de vigência do Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)) manifestou-se quanto à prorrogação do referido prazo por mais 50 (cinquenta) dias, tendo em vista a manifestação prestada pela Fiscalização Técnica (ASSENGE) - Evento [0990712](#) - às respostas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentadas pela empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, estas contidas nos Eventos [0984458](#) e [0987046](#), com o escopo de sanar as pendências e concluir os serviços faltantes.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, para juntar minuta de termo aditivo, e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([0993113](#)).

Assim, a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 4 ao Contrato n. 001/2022 ([0783288](#) e [0994700](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0994701](#)).

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 72/2023 ([0995900](#)) opinando pela possibilidade jurídica da prorrogação pretendida, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993**, bem como pela necessidade de renovação da garantia nos termos constantes da minuta elaborada pela SECONT e juntado ao evento n. [0994700](#).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do Contrato sob análise, nos mesmos termos do Parecer Jurídico supracitado (Manifestação n. 174/2023 - [0996206](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Além disso, nos termos da solicitação n. 14/2023 ([0992731](#)), a unidade gestora informou que a prorrogação pretendida é necessária para sanar as pendências e concluir os serviços faltantes, que não se fará possível dentro do prazo de vigência atual do contrato nº 1/2022.

Ademais, além de encontrar previsão na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 que rege a avença, a **prorrogação dos prazos contratuais** encontra amparo no art. 57 da Lei de Licitações, *in verbis*:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;**

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis." (destacamos)

Depreende-se do inciso V do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93 que para a dilação do prazo de execução basta a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados no referido normativo. No caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado, em razão de atrasos na obra dada a alegada falta de mão de obra, atrasos no recebimento de materiais de fornecedores e burocracia para expedição de alvará da obra, situação, portanto, que se enquadra na hipótese do V, § 1º do dispositivo supracitado, o que todavia, não afasta eventual apuração de responsabilidade pelos atrasos e eventuais prejuízos causados à Administração.

Não obstante, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56 da Lei n. 8.666/93, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente** indicada nos termos da CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0994700](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no **art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**, bem como da constante da Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 ([0783288](#)), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)) por mais 50 (cinquenta) dias corridos, a contar de 11/04/2023 até 30/05/2023 sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, sobretudo a habilitação da contratada; e**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Segunda da minuta do Quarto Termo Aditivo ([0994700](#)).**

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/04/2023, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0996760** e o código CRC **2AEB201C**.